



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

65
m

186

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0193490-5

APELANTE: FERNANDO ALVES DE ASSIS

APELADO: BANCO IBI S/A – BANCO MÚLTIPLO

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA PELO RITO SUMÁRIO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. I – PRELIMINAR DE LITISPENDÊNCIA, NÃO CONHECIDA POR UNANIMIDADE. II – MÉRITO, SENTENÇA ANULADA POR NÃO RESTAR CONFIGURADA A LITISPENDÊNCIA. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. **Preliminar de litispendência** - não conhecida por se confundir com o mérito.

2. **Mérito** - a ação anteriormente ajuizada não possui a mesma causa de pedir da ação em comento, razão pela qual não resta configurada a litispendência; por conseguinte, deu-se provimento ao recurso para anular a sentença guerreada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0193490-5, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos em não conhecer a preliminar de litispendência e, no mérito, unanimemente, em dar provimento ao apelo, conforme os votos constantes dos autos e notas taquigráficas anexas, que ficam fazendo parte integrante deste julgado (julgamento ocorrido em 26 de janeiro de 2010).

Recife, 29 de janeiro de 2010.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator e Presidente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

58
U.P.

187

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0193490-5

APELANTE: FERNANDO ALVES DE ASSIS

APELADO: BANCO IBI S/A – BANCO MÚLTIPLO

RELATOR: **Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

RELATÓRIO

Adoto o relatório da sentença de fls. 17/18.

Acrescento que o MM. juiz de primeiro grau extinguiu o processo sem resolução de mérito, por entender que a ação em comento reproduz outra de mesma natureza anteriormente ajuizada, na qual coexistem as mesmas partes, mesma causa de pedir e pedido similar.

As fls. 21/24, o apelante apresenta suas razões reclamando que propôs duas ações contra a parte ora apelada, ambas distribuídas na 30ª Vara Cível da Comarca do Recife, em razão da inclusão do seu CPF/MF nos órgãos de proteção e restrição ao crédito; todavia, cada ação proposta é referente a contratos distintos, de modo que não resta configurada a litispendência. Por conseguinte, requesta o recorrente a reforma da sentença proferida pelo MM. juiz *a quo*, para que o feito prossiga normalmente.

Devidamente intimada, a apelada apresentou contra-razões, fls. 30/34, arguindo, em sede de preliminar, a litispendência e, acaso não seja este o

0193490-5 (relatório)

ara
1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

entendimento desta relatoria, pugna, meritoriamente, pelo não provimento do apelo.

É O RELATÓRIO.

Proceda-se à **INCLUSÃO EM PAUTA** do presente recurso, tendo em vista o disposto no §3º, art. 551, do CPC, que dispensa a revisão nas causas de procedimento sumário, como é o caso:

CPC - Art. 551. Tratando-se de apelação, de embargos infringentes e de ação rescisória, os autos serão conclusos ao revisor.

§ 3º Nos recursos interpostos nas causas de procedimentos sumários, de despejo e nos casos de indeferimento liminar da petição inicial, não haverá revisor.

Recife, 05 janeiro de 2010.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



17
189

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO

PROCESSO Nº 001.2008.050076-6

AÇÃO INDENIZATÓRIA

REQUERENTE: FERNANDO ALVES DE ASSIS

REQUERIDO: BANCO IBI S/A BANCO MÚLTIPLO

EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO IDÊNTICA À OUTRA VENTILADA ANTERIORMENTE E EM TRAMITAÇÃO. LITISPENDÊNCIA. EXTINÇÃO. Verifica-se litispendência quando se reproduz ação que está em curso ou cuja decisão ainda não transitou em julgado, quando idênticas as partes, a causa de pedir e o pedido. Reconhecimento de ofício. Extinção sem julgamento do mérito.

Vistos etc...

FERNANDO ALVES DE ASSIS, devidamente qualificado na vestibular, por intermédio de advogado legalmente habilitado, propôs ação indenizatória contra BANCO IBI S/A BANCO MÚLTIPLO, igualmente identificado na vestibular (fls.02/07).

Instruiu a exordial os documentos de folhas 09/15.

Passo a D E C I D I R :

Considerando que a presente ação reproduz outra de mesma natureza anteriormente ajuizada, na qual coexistem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e pedido similar.

Considerando que a jurisprudência dominante tem se firmado no sentido de que a litispendência obsta o prosseguimento da ação posterior no juízo precedente. (RTJ 74/584).

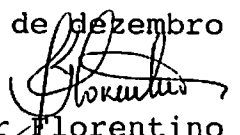
190 18
Considerando que o artigo 267, parágrafo 3º do
Pergaminho Processual Civil admite que o Juiz, mesmo de
ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto
não proferida a sentença de mérito, aprecie a matéria
relativa à litispendência.

Resolvo, fulcrado no artigo 267, inciso V, parágrafo
3º, combinado com o artigo 301, parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º,
todos do Diploma Adjetivo Civil, julgar extinto o processo
sem apreciação meritória.

Registre-se. Publique-se e Intime-se, observadas as
cautelais legais.

Defiro a gratuidade da justiça.

Recife, 11 de dezembro de 2008.


José Júnior Florentino Santos Mendonça

Juiz de Direito



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

67
m 191

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0193490-5

APELANTE: FERNANDO ALVES DE ASSIS

APELADO: BANCO IBI S/A – BANCO MÚLTIPLO

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO

Srs. Desembargadores,

Senhor (a) Procurador (a):

Trata-se de apelação contra sentença que extinguiu o processo, sem resolução do mérito, com base no art. 267, V, §3º, do CPC.

Preliminar de litispendência.

O apelado alega que há litispendência entre a presente ação e o processo de n. 001.2008.050075-8, pois figuram as mesmas partes, com mesma causa de pedir e mesmo pedido.

Cumpra esclarecer que a questão argüida em preliminar se confunde com o mérito e como tal será analisada no momento oportuno.

Desta forma, não conheço da preliminar de litispendência.

Recife, 16 de janeiro de 2010.

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

67
m 192

Voto de mérito.

Sustenta o apelante em suas razões (fls. 21/24) que a decisão do MM. Juiz *a quo* deve ser reformada, uma vez que o contrato que ensejou a presente ação foi o de n. 1480102389240000, enquanto a segunda ação, processo de n. 001.2008.050075-8, é referente ao contrato de n. 5364280032703000. Destaca, ainda, o recorrente que foi inscrito nos órgãos de proteção/restrição ao crédito em datas diferentes; portanto, por se tratar de inscrição nos referidos órgãos por contratos diferentes e em datas distintas, não resta configurada a litispendência.

Com efeito, as ações tiveram como causa de pedir títulos distintos – a presente ação tem como causa de pedir o título de n. 1480102389240000, enquanto o processo n. 001.2008.05075-8 tem como motivação o título de n. 5364280032703000. Logo, não há que se suscitar a litispendência, porquanto para que esta reste configurada não basta que a presente ação tenha as mesmas partes e pedido de ação anteriormente ajuizada; é, ainda, necessário que tenha a mesma causa de pedir; por conseguinte, tenho que não restou configurada a litispendência, uma vez que a lide em comento não reproduziu ação que estava em curso, consoante prevê o art. 301, §§1º e 2º do Código de Processo Civil¹.

Com tais considerações, meu voto é no sentido de dar provimento ao presente apelo, para o fim de anular a sentença ora atacada, tendo em vista que não restou configurada a litispendência, já que a presente ação e o processo de n. 001.2008.05075-8 possuem motivação diversa; devendo, por conseguinte, os

¹ CPC - Art. 301. Compete-lhe, porém, antes de discutir o mérito, alegar:
(...)

§ 1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.

§ 2º Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
0193490-5 (voto)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

69
m 193

autos retornarem ao juízo de origem para dar-se prosseguimento à ação originária.

É como voto.

Recife,

16 de janeiro de 2010.

Eduardo Augusto Paurá Peres
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator